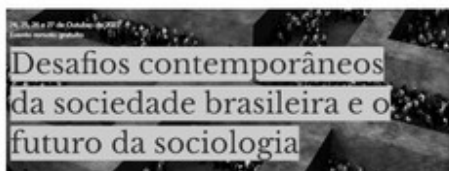


GT 07 – Pesquisas e debates sobre novas direitas

Entre o sagrado e o profano: quem é o escolhido de Deus? A participação da direita religiosa na trajetória das eleições presidenciais nos anos de 1989, 2018 e 2022

Alliston Fellipe Nascimento dos Santos
Universidade Federal de Sergipe



Entre o sagrado e o profano: quem é o escolhido de Deus? A participação da direita religiosa na trajetória das eleições presidenciais nos anos de 1989, 2018 e 2022

Alliston Fellipe Nascimento dos Santos¹

Resumo

A inserção da religião na política vem ganhando moldes nas últimas décadas, evoluindo no decorrer dos anos e fomentando o seu discurso por meio de pautas consideradas moralistas e tradicionais. Neste sentido, o objetivo do trabalho foi analisar a trajetória participativa dos evangélicos, predominantemente com o viés de direita partidária, como participantes ativos nas eleições presidenciais nos anos de 1989, 2018 e 2022, estabelecendo reflexões e comparações entre os distintos períodos históricos, de modo a permitir a compreensão de que a expressiva intervenção atual da religião cristã no sistema político não é um fenômeno recente no Brasil. O conceito norteador da pesquisa foi o de Guerras Culturais, originalmente trazida pelo sociólogo norte-americano James Davison Hunter (1991), apontando, por meio de uma revisão de literatura com perspectivas de pesquisadores brasileiros que estudam sobre o assunto, algumas características desta abordagem evidenciadas nas três trajetórias eleitorais.

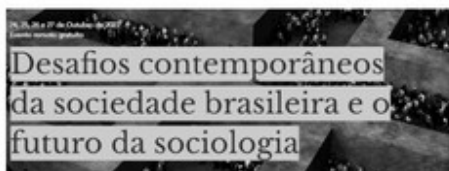
Palavras-chave: Eleições presidenciais. Direita religiosa. Evangélicos. Guerras Culturais.

INTRODUÇÃO

As últimas eleições presidenciais no Brasil têm evidenciado uma crescente participação de evangélicos² no cenário político e uma identificação com governos de

¹ Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: alliston.comunicaju@gmail.com.

² O termo evangélico recobre as igrejas protestantes históricas (Calvinista, Luterana, Presbiteriana, Congregacional, Anglicana, Metodista e Batista) e as pentecostais (Assembleia de Deus, Evangelho Quadrangular, Universal do Reino de Deus entre outras). O pentecostalismo nasceu nos Estados Unidos no começo do século XX e descende do protestantismo histórico (FREESTON, 1993:65). Prega “a contemporaneidade dos dons do Espírito Santo, dos quais ressaltam os dons de língua (glossolalia), cura,



direita. Esse fenômeno pôde ser visto nas eleições de 1989 e ganhou força anos depois com o apoio dado à eleição presidencial de Bolsonaro em 2018 e, recentemente, em 2022. Nestes três marcos temporais, a direita religiosa reafirmou o seu posicionamento de que a esquerda, mais especificamente o Partido dos Trabalhadores (PT), tinha um projeto de perseguição aos cristãos e a seus valores morais.

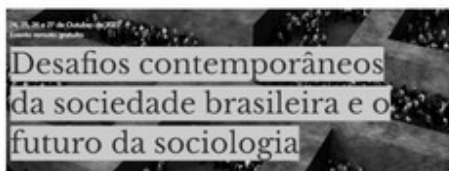
Nas últimas décadas ocorreu a ascensão de uma onda associada às novas direitas e a extrema direita ao redor do globo. No Brasil, esse fenômeno não vem sendo diferente, galgando-se no início da década de 90 e ganhando força nas eleições presidenciais de 2018 e tendo sua continuidade na de 2022.

Dentro deste cenário, a direita religiosa ocupa posição significativa no debate público político, projetando a visibilidade de suas ideias e de suas atuações alinhadas às premissas de extrema direita, com aspectos conservadores, reacionários e fundamentalistas, por meio de lideranças que disputam o cargo para presidente, a exemplo de Jair Bolsonaro. Neste sentido, estimular o debate sobre esse fenômeno, aprofundando seu viés sócio-político-histórico, apontando particularidades, similaridades e divergências, é essencial.

O objetivo do trabalho foi analisar a trajetória participativa dos evangélicos, predominantemente com o viés de direita partidária, como participantes ativos nas eleições presidenciais nos anos de 1989, 2018 e 2022, estabelecendo reflexões e comparações entre os distintos períodos históricos, de modo a permitir a compreensão de que a expressiva intervenção atual da religião cristã no sistema político não é um fenômeno recente no Brasil.

Para a reflexão do trabalho, utilizamos o conceito de Guerras Culturais. Originalmente americana, o termo foi estabelecido pelo sociólogo James Hunter (1991), que trouxe em voga explanações sobre conflitos estadunidenses de grupos sociais distintos: progressistas a favor de pautas como aborto, cotas e direitos dos homossexuais;

discernimento de espíritos, profecia” (MARIANO, 1996, p. 24). Foi incorporado no Brasil desde o início do Século XX.



e conservadores neoliberais, que vão de encontro às pautas progressistas e pregam agendas a favor da moral, dos “bons costumes” e da valorização da “ética familiar tradicional”.

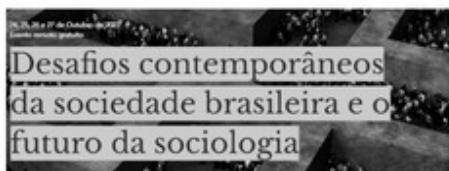
Evidencia-se que esse conceito vem sendo notado em um cenário político atual brasileiro, sobretudo com membros da direita religiosa conservadora, que enxergam na esquerda um movimento que pretende acabar com os valores cristãos. Como referenciais sobre o assunto destacam-se Souza (2014), Mariano (2014) Dutra e Pessôa (2021), Souza e Melo (2021). Como fontes de análise metodológica, foram utilizados documentos inseridos no site oficial do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), artigos científicos e reportagens de portais de notícias.

Eleições presidenciais de 1989- Collor, o “Escolhido De Deus”

O ano de 1989 foi marcado pelas eleições presidenciais. Neste cenário político, a religião cristã, especificamente os evangélicos, começaram a se inserir neste campo. “ A mobilização política dos (neo) pentecostais pode ser vista como reação em face da disputa religiosa, social e política com outros setores (por exemplo, veículos da mídia, partidos políticos de esquerda e a igreja católica) ” (SILVA, 2017, p. 239).

Silva (2017) enfatiza que a entrada de evangélicos no ambiente político foi “no sentido de estimular entre os fiéis a consciência da necessidade da presença da Igreja na política, como forma de intervenção em temas políticos relevantes para a sobrevivência dos valores religiosos” (SILVA, 2017, p.240).

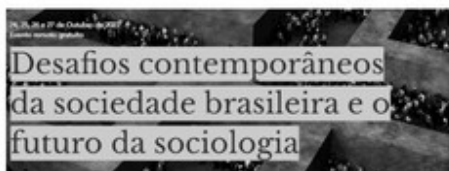
Neste tópico em especial trazemos como referenciais Mariano e Pierucci (1992), que em seu estudo intitulado “O movimento dos pentecostais na eleição de Collor” abordam como resultado de uma pesquisa de campo, que para convencer os eleitores crentes a votar em Fernando Collor, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), à época, as lideranças pentecostais usaram o argumento da ameaça: votar no Partido dos Trabalhadores (PT) seria o mesmo que entregar o futuro de suas igrejas a uma tenebrosa aliança católico-comunista.



Conforme Mariano e Pierucci (1992), por meio de reportagens de veículos de comunicação à época, como Folha de São Paulo e Jornal do Brasil, antes mesmo de iniciada a campanha e deflagrado o indefectível assédio eleitoral às igrejas, líderes evangélicos entusiasmaram-se com a probabilidade de lançamento de uma candidatura protestante à Presidência da República. Os setores evangélicos que alimentavam o sonho de ter um presidente de seu meio religioso eleito diretamente pelo povo tinham, naquele momento, um nome viável: Íris Rezende, ministro da Agricultura do governo Sarney, evangélico, disputaria a indicação de seu nome para candidato do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Determinados a ter um presidenciável protestante, na convenção do PMDB de abril de 1989 os deputados evangélicos empenharam-se na candidatura de Íris, derrotada, entretanto pelos convencionais que escolheram o presidente do partido, Ulysses Guimarães. Frustravam-se assim os esforços e articulações dos que haviam sonhado eleger para presidente um "homem de Deus". Assim como a candidatura, Íris saíra de uma revelação direta do próprio Deus ao pastor Manuel Ferreira, não faltariam outros profetas a dizerem-se divinamente inspirados para identificar com precisão qual era o escolhido de Deus. Vide o bispo Edir Macedo: "Após orar e pedir a Deus que indicasse uma pessoa, o Espírito Santo nos convenceu de que Fernando Collor de Mello era o escolhido" (JORNAL DO BRASIL, 3.12.89 apud MARIANO; PIERUCCI, 1992, p. 92). "A Igreja Universal do Reino de Deus do bispo Edir Macedo associou a imagem do petista a de um anticristo" (MARZOLLA, 2021).

Notou-se, de fato, uma oferta variada de candidatos presidenciais apoiados por lideranças religiosas, sobretudo no primeiro turno. "É bem verdade que a oferta variada de candidaturas no primeiro turno dificultava a adesão das diferentes igrejas a um candidato só e freava o ímpeto de engajamento das lideranças na campanha". (MARIANO; PIERUCCI, 1992, p. 95). Segundo os pesquisadores, naquela etapa a tendência predominante foi a de recomendar aos fiéis que orassem antes de votar e evitassem os candidatos "extremistas" (ou seja, de esquerda). Esse tipo de orientação eleitoral, na qual se mantinha a liberdade de escolha de cada um, desde que esta escolha



não recaísse em determinados candidatos de esquerda, era em si mesma e desde já portadora da direção política para onde inclinava-se esse incremento de participação eleitoral no seio das igrejas pentecostais.

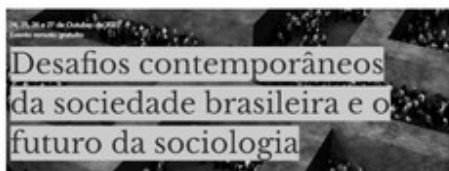
Foi no segundo turno³, em que os candidatos à presidência da república Fernando Collor de Mello (PRN) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que a ideologia religiosa ganhou ainda mais força. De acordo com Mariano e Pierucci (1992), a polaridade ideológica dos candidatos finalistas, Lula à esquerda e Collor à direita, praticamente não deixava outra opção à quase totalidade dos pastores pentecostais, ‘fobicamente anticomunistas’.

Optaram por Collor. Envolveram-se em sua campanha até a medula, não poupando esforços e argumentos para promovê-lo entre os fiéis e satanizar seu concorrente. "Não temos dúvidas, comparando-se as características ideológicas dos dois candidatos [...], os evangélicos só têm por opção o nome de Fernando Collor de Mello", dizia o documento reservado enviado no dia 2 de dezembro de 1989 pela Ordem dos Ministros Evangélicos do Brasil, associação de pastores de todas as denominações, aos seus dezesseis conselhos e oito representantes estaduais (O ESTADO DE SÃO PAULO, 3.12.89 apud MARIANO; PIERUCCI, 1992, p. 96).

De fato, a ida do candidato do PT para o segundo turno facilitou para as lideranças pentecostais, do mesmo modo que para outros segmentos conservadores da sociedade brasileira, a formação de um consenso quanto ao nome a ser votado. As inúmeras divisões denominacionais, as divergências teológicas, as rivalidades históricas, as conveniências pessoais e a ferrenha concorrência diária por fiéis não impediram nem prejudicaram o consenso a que chegaram quase todas as igrejas pentecostais naquele momento (MARIANO; PIERUCCI, 1992 p. 96).

Para Mariano e Pierucci (1992), um dos trunfos de arregimentação pró-Collor no meio pentecostal foi, desde logo, acenar com a velha ameaça do comunismo ateu que persegue o Evangelho. Os autores ressaltam que este surrado argumento estilo guerra fria

³ O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) anunciou o resultado oficial do primeiro turno. Fernando Collor obteve 20,6 milhões de votos (28% do total) e Lula conseguiu 11,6 milhões de votos (16% do total). Os dois, portanto, disputaram o segundo turno cerca de um mês depois. Collor foi eleito com 35.089.998 votos (53% dos votos válidos). Lula obteve 31.076.364 votos (47% dos válidos). (TRE, 2021).



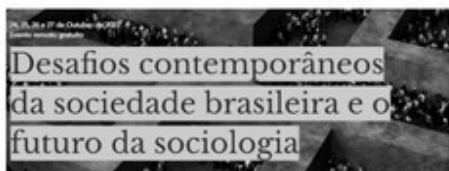
foi insistentemente empregado no primeiro turno pelos candidatos e partidos de direita — Ronaldo Caiado (PDC), Paulo Maluf (PDS), Fernando Collor de Mello (PRN). A ida de um candidato nitidamente de esquerda para o segundo turno, no caso de Lula, com grandes chances de se eleger presidente da República, “veio conferir à tática de ameaçar com o fantasma do comunismo eficácia renovada. Instalou-se um clima de pânico, que se adensava à medida que se aproximava o dia final” (MARIANO; PIERUCCI, 1992, p. 96).

Mariano e Pierucci (1992) denominam os dias antes da eleição para o segundo turno como um período de “pânico religioso”. Este era, seguramente, o estado de ânimo dos pentecostais. Para eles, a vitória do PT “daria início a uma cruzada de discriminação aos evangélicos, conforme condensava em tom de agourenta profecia o pastor pentecostal e deputado estadual pelo PTB paulista, Daniel Marins” (DIÁRIO DO GRANDE ABC, 5.12.89 apud MARIANO; PIERUCCI, 1992, p. 98).

Evidenciava-se neste cenário eleitoral o medo do comunismo que os evangélicos institucionalizados verbalizaram em 1989, afirmando estarem passando por uma perseguição religiosa que começaria a se concretizar pela anulação, ou pelo descumprimento, do direito constitucional que assegura a liberdade de religião.

Mariano e Pierucci (1992) fomentam que pautas como medidas de política econômica e as políticas sociais usualmente associadas à implantação de um regime comunista ficavam, na maioria das vezes, alocadas em um segundo plano ou formuladas de maneira muito vaga e fragmentária, tidas de todo modo como de pouca relevância frente à questão que mais aterrorizava os religiosos, como a perda da liberdade de culto.

Foi assim que, ao iniciar-se o segundo turno da campanha, no interior das igrejas, nas pregações e nas conversas, desencadeou-se uma vasta arregimentação de votos pró-Collor no meio pentecostal, estimulada de um lado pelos boatos de que Lula e o PT acabariam com a liberdade dos crentes, transformariam os templos em creches, escolas ou supermercados e promoveriam impiedosa perseguição aos cristãos evangélicos. “Eram tantos os boatos neste sentido, que o próprio candidato do PT viu-se na contingência de escrever uma carta aberta aos evangélicos na tentativa de desfazer mal-



entendidos quanto às suas alegadas convicções anticristãs” (MARIANO; PIERUCCI, 1992, p. 98), conforme especificam abaixo:

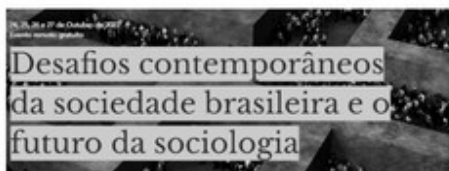
Como cristão, e não apenas de ocasião, estou vigilante e informado de todas as injustiças contra mim, dizendo "que irei fechar as igrejas, transformá-las em escolas e tomar seus bens". Desde criança aprendi com minha mãe que não se deve usar o nome de Deus em vão. Como não sou menino levado por qualquer vento de promessas, julgo-me estar comprometido com as causas do Reino. [...] Fraternalmente, Luiz Inácio Lula da Silva.

É interessante explicar que essa mesma atitude do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, ao escrever uma carta aberta aos evangélicos nas eleições de 1989, se repetiu quase 30 anos depois, nas eleições presidenciais de 2022, conforme veremos mais afundo no tópico em que se propõe a analisar a participação dos evangélicos de direita nas eleições do ano de 2022.

Durante todo o segundo turno das eleições de 1989, lideranças religiosas e fiéis propagaram discursos com o intuito de persuadir os brasileiros seguidores de seus preceitos dogmáticos, a exemplo de carta aberta aos fiéis da Igreja do Evangelho Quadrangular dois milhões de exemplares com o título “Dez razões para não votarmos em Lula” e discursos de uma ameaça católico-comunista, afirmando que o candidato Lula ameaçava a liberdade religiosa e permanências das igrejas evangélicas.

Conforme Mariano e Pierucci (1992), a carta rotulava Lula de "extremista", "radical" e "revoltado", advertia contra "uma possível luta armada, objeto dos pronunciamentos do senhor Lula" e enfatizava, como uma das dez razões para os evangélicos impedirem a vitória do PT, que "seu regime esquerdista e radical cerceia a liberdade religiosa". O documento terminava com uma convocação em favor de Collor: "Ele é um homem culto, honrado, patriota, estadista e de princípios cristãos. Convoco, pois, os irmãos desta pátria para que votem em Fernando Collor de Mello." (MARIANO; PIERUCCI, 1992, p. 101).

Um fato curioso é que o termo “Patriota”, utilizado em alguns momentos nas eleições presidenciais de 1989 pelos eleitores, sobretudo os evangélicos de direita, se repetiram nas eleições de 2018, ganhando fôlego durante os 4 anos do governo



Bolsonaro e servindo como um dos pilares argumentativos para a sua reeleição nas eleições de 2022, conforme veremos adiante.

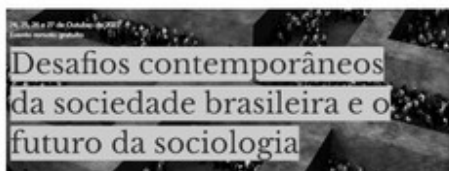
Sendo assim, percebemos que as eleições presidenciais de 1989 iniciaram a participação mais ativa de evangélicos conservadores, com viés de direita partidária e esses eleitores foram cruciais para a vitória de Fernando Collor de Melo.

Eleições presidenciais de 2018- o “Voto da Fé” do “Cidadão (cristão) de Bem”

No ano de 2018, as eleições presidenciais ganharam novos protagonistas na disputa ao cargo para governar o país, sobretudo no segundo turno, porém, as singularidades que constituíam cada vertente partidária demonstraram-se trazer os mesmos ares que em 1989. Se neste ano, Fernando Collor de Melo representava grande parcela da direita; em 2018, o então deputado federal e ex-militar, Jair Messias Bolsonaro, compondo o Partido Liberal (PL), disputa as eleições com o professor Fernando Haddad,⁴ do Partido dos Trabalhadores (PT).

As eleições de 2018, como já dito, foram aguardadas com muitas incertezas e especulações. Dentre as várias projeções sobre o pleito, talvez a mais generalizada tenha sido a de que teríamos uma eleição semelhante à de 1989, em razão da quantidade de candidatos viáveis, da esquerda à extrema direita, passando pelo centro. Por algumas semanas antes do primeiro turno, a corrida eleitoral esteve aberta para pelo menos cinco candidatos; depois, tornaram-se quatro; e, a duas semanas da votação, essa fase já estava praticamente definida entre os dois que passaram para o segundo turno (ALMEIDA, 2019).

⁴ É importante destacarmos que Fernando Haddad, até então vice da chapa, assumiu a candidatura à presidência após o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidir que Lula não poderia concorrer ao cargo, pelo fato de estar preso após ter sido condenado em segunda instância. Lula teve duas condenações em primeira instância confirmadas pela Justiça, que, naquele momento, possibilitava a prisão dos réus por entendimento do STF. Em abril de 2018, ele foi preso na carceragem da Polícia Federal em Curitiba após ser considerado culpado no processo do triplex do Guarujá. O ex-presidente foi condenado a 12 anos e 1 mês de reclusão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. (O GLOBO, 2022)

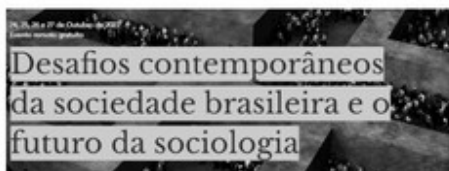


É em 2018 que nota-se o avanço de uma nomenclatura intitulada “novas direitas”. No período da nova república, esse grupo é acompanhado desde a constituinte (Pierucci, 1989). No período, Pierucci retrata os evangélicos, até então um grupo pequeno, como sendo compostos por um pequeno número de parlamentares de esquerda e uma fração maior que ele denomina de “nova direita”, que aliaria pautas conservadoras tanto na dimensão econômica quanto na dimensão moral.

Talvez tenha sido a primeira vez que o termo “nova direita” tenha sido cunhado para caracterizar um grupo político no pós-ditadura. Posteriormente, é justamente essa aliança de pautas morais conservadoras com o conservadorismo também na esfera econômica – com o liberalismo econômico radical – que constitui um dos principais pontos da “nova direita” dos tempos atuais, conforme caracterizada por Camila Rocha (2021), e que desembocará no bolsonarismo.

Evidencia-se que o crescimento do Bolsonarismo nas eleições de 2018 foi por conta de um antipetismo, em que os considerados “tradicionalmente cidadãos de bem”, que valorizavam a família e os valores morais e cristãos”, que lutariam para que o PT não retomasse ao poder e impregnasse suas pautas de esquerda. Para este grupo, o discurso é de que “tem uma esquerda que quer perseguir cristãos e que é contra a família tradicional. A esquerda seria o campo que promoveria esses valores antifamília, antipatrióticos”. (MACÁRIO, 2022).

Conforme Valle (2019), a relação entre o PT e os evangélicos ao longo dos governos petistas foi se abalando com o passar do tempo. Especialmente entre 2010 e 2014, essa relação ficou estremecida, a ponto dos principais líderes evangélicos se afastarem do governo e estabelecerem com o PT uma relação de antagonismo central.



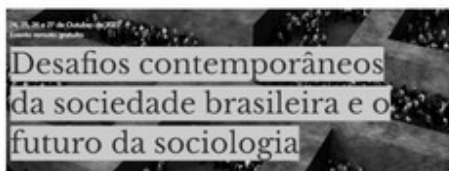
No cerne dessa polarização estariam as pautas de costumes, que inspiraram políticas petistas como o PNDH3⁵ e o PLC122/2006⁶, que buscava regulamentar a criminalização da homofobia, e as diretrizes educacionais em prol do combate à homofobia nas escolas. Essas pautas antagonizaram as posições do PT e de movimentos feministas e LGBTQIAPN⁷⁺ com a dos evangélicos. No limiar da discussão, o pastor Marco Feliciano se tornou presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, gerando um efeito de comoção entre os evangélicos e os movimentos citados, e acirrando os embates (VALLE, 2019).

A polarização entre evangélicos e PT, no esteio desses acontecimentos, foi se acentuando e se tornando, no discurso evangélico, uma polarização com a esquerda. Nesse sentido, o campo da esquerda foi associado pelos evangélicos a uma posição contrária à família e aos valores cristãos. Como resultado imediato, o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff apresentou um índice de 93% de votos da bancada evangélica pelo afastamento da ex-presidente. Já na eleição de Bolsonaro, em 2018, segundo dados da pesquisa do Instituto Datafolha na véspera do pleito, 68% do eleitorado evangélico declarou intenção de voto no atual presidente. Tamanha votação,

5 O Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 é um documento de natureza propositiva, criado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, que foi instituído pelo Decreto nº. 7.037, de 21 de dezembro de 2009, visando a ampliação da promoção dos Direitos Humanos no Brasil. Fisicamente, está estruturado em 6 (seis) eixos orientadores, subdivididos em 25 (vinte e cinco) diretrizes, 82 (oitenta e dois) objetivos estratégicos e 521 (quinhentos e vinte e uma) ações programáticas, que tratam de direitos universais como: saúde, educação, desenvolvimento social, agricultura, meio ambiente, segurança pública, acesso à justiça e à informação, além de outros temas de responsabilidade do Estado. (CASTRO, 2010).

6 Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006: criminaliza a homofobia. Ementa: Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. Explicação da Ementa: Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT) para definir os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero. Estabelece as tipificações e delimita as responsabilidades do ato e dos agentes. (SENADO FEDERAL, 2006).

7 Sigla que representa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais.



pelas estimativas do demógrafo José Eustáquio Diniz Alves, teria garantido a eleição de Bolsonaro (ALVES, 2018).

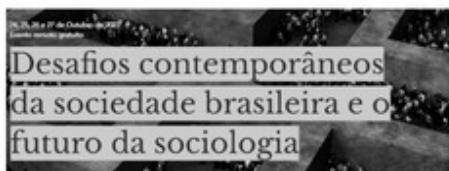
É neste ambiente de polarização que Bolsonaro⁸ chega como uma figura que prega pelos valores morais e cristãos, ganhando apoio ferrenho de líderes religiosos e demais fiéis. Baseado no lema “Brasil acima de tudo, Deus acima de Tudo”, exposto, inclusive, em seu documento oficial de Proposta de Plano de Governo⁹, disponibilizado no site do TSE, o governo Bolsonaro se constituiu tendo entre o segmento evangélico uma das suas principais bases. Para Marzolla (2021), nas eleições de 2018, uma vertente desse eleitorado que ajudou a garantir a vitória do Bolsonaro foi pelo fato de estarem angariados pela identificação dos valores e bandeiras moralistas e tradicionalistas que o então candidato pelo PSL carregava em seus discursos durante a campanha. Bolsonaro recebeu 11,6 milhões de votos a mais do que Haddad entre os evangélicos.

Durante a campanha eleitoral de 2018 criou-se a imagem de que Bolsonaro era ungido. Os pastores reconheciam os problemas de Bolsonaro, no entanto, eles diziam que ele era o único que podia salvar o País, tirar das “garras” do PT. Isso é uma linguagem que vem do anticomunismo, da ditadura brasileira, que o Brasil tem uma esquerda medonha enquistada nas instituições do Estado que estão tentando “minar o campo” do Bolsonaro (MARZOLLA, 2021).

Segundo a Folha de São Paulo (2018), os grandes líderes evangélicos do Brasil declararam apoio ao presidenciável de direita que, como alguns deles gostam de apontar, traz no nome do meio as marcas de um homem predestinado. “José Wellington, líder da maior das Assembleias de Deus, e Edir Macedo estão entre os apoiadores” (Folha de São Paulo, 2018). É interessante notar que ambos os líderes religiosos, em 1989, foram

⁸ Embora se declare católico, em 12 de maio de 2016, Bolsonaro se deixou batizar nas águas do rio Jordão (onde diz a Bíblia que Jesus teria sido batizado). A cerimônia de batismo foi realizada pelo Pastor Everaldo, presidente do Partido Social Cristão (PSC). O lado inquestionavelmente evangélico da família vem da primeira-dama, Michelle de Paula Firmo Reinaldo Bolsonaro (38 anos) – terceira esposa de Bolsonaro – que frequenta de maneira regular os templos evangélicos e é acompanhada pelo marido. (REVISTA IHU-ONLINE, 2018)

⁹ Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf



apoiadores de Collor, fazendo campanha para a sua vitória. Em alguns trechos recolhidos por meio da reportagem da Folha de São Paulo, notamos o posicionamento destes evangélicos quanto ao propósito de apoiar um candidato de direita, conforme mostra abaixo:

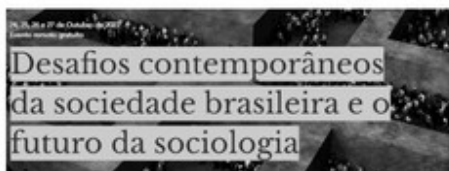
Macedo (bispo) preferiu Fernando Collor/FHC a Lula, tratado como o capeta em pessoa [...] A missão a ele confiada: derrubar a esquerda, neste pleito encarnada na figura daquele ungido por Lula como representante do petismo, Fernando Haddad. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018)

Bolsonaro não é Jesus, mas é Messias. É bom você JAIR se acostumando", tuitou em setembro o apóstolo Rene Terra Nova, com forte atuação na região Norte, onde sedia seu Ministério Internacional da Restauração. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018)

Podemos perceber que, assim como em 1989, nas eleições presidenciais de 2018, os evangélicos foram fundamentais para a eleição do Bolsonaro, convictos de que o Brasil estaria “livre da corrupção do PT” e que valorizaria preceitos “genuinamente cristãos”. Foi com esse posicionamento que o candidato Jair Bolsonaro, no segundo turno das eleições, saiu vitorioso com 55,13% dos votos válidos contra 45% de Fernando Haddad. Esse discurso religioso de direita se manteve durante os 4 anos de governo Bolsonaro, e que, para eles, seria um pilar para a garantia de sua reeleição nas eleições de 2022.

Eleições presidenciais de 2022- “uma batalha pela manutenção de um patriotismo cristão”

Se as eleições presidenciais de 1989 e 2018 foram marcadas pelas práticas religiosas de evangélicos que apoiaram os presidentes eleitos em suas respectivas épocas, no caso Collor (1989) e Bolsonaro (2018), nas eleições de 2022, essa categoria retoma seus preceitos político-religiosos e reforçam os discursos de combate ao antipetismo, ao comunismo e a luta pela manutenção de valores cristãos. Com o mote "manutenção de



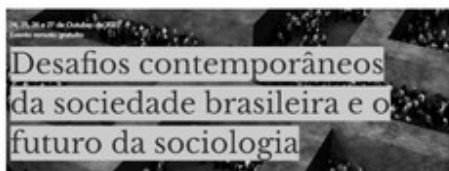
valores que são tradicionais em nossa sociedade: Deus, Pátria e Família, Vida e Liberdade¹⁰”, evidenciado em seu Plano de Governo, o candidato traz novamente pautas religiosas para fomentar o que vinha fazendo durante os seus 4 anos de atuação como presidente da República.

Havendo como principal opositor para a reeleição de Jair Bolsonaro, Luiz Inácio Lula da Silva, consegue se candidatar às eleições do ano de 2022, após ter sido inocentado judicialmente. Isso ocorreu pelo deferimento do seu registro de candidatura aprovado pelo TSE em setembro do respectivo ano. Conforme O Globo (2022), após 580 dias de prisão, Lula foi solto em novembro de 2019, assim que o Supremo Tribunal Federal (STF) passou a considerar a prisão em segunda instância inconstitucional. O Supremo entendeu que os réus só podem ser presos quando não couber mais recursos. Em 2021, o STF anulou as condenações por motivos técnicos e os processos prescreveram¹¹.

Desde o primeiro turno, os evangélicos de direita propagaram discursos e informações falsas com o intuito de desestabilizar a esquerda e mostrarem que ela estava disposta a acabar com os seus preceitos morais e cristãos. Diferentemente das eleições de 1989; as de 2018 e, principalmente, o mais recente, de 2022, tiveram grande aliadas: as *fake news* (notícias falsas). Com a ascensão da internet e dos recursos digitais e de redes sociais, a exemplo do Facebook, Instagram e WhatsApp, bolsonaristas passaram a expandir sua rede de desinformação, levando notícias falsas em prol do “combate à esquerda comunista e anticristã”.

10 Ver página 7 do Plano de Governo 2023- 2026, do candidato Jair Bolsonaro: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2022/BR/BR/544/candidatos/908966/5_1660093698051.pdf

11 Não há qualquer sentença atualmente contra o ex-presidente. Em 2018, ele foi condenado pelo então juiz Sérgio Moro e por tribunais superiores na Operação Lava-Jato. Os processos, porém, foram anulados pelo STF por questões técnicas: Moro foi considerado parcial para punir Lula e os processos deveriam tramitar no Distrito Federal, não no Paraná. (O GLOBO, 2022).



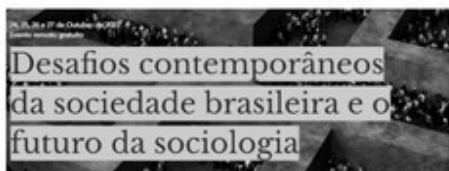
Conforme a agência Lupa (2022), em uma reportagem realizada pela jornalista Carol Macário, redes bolsonaristas usam desinformação para associar a esquerda à perseguição dos cristãos e causar pânico moral.

Redes bolsonaristas têm usado informações falsas ou sem evidências para associar lideranças e partidos alinhados à esquerda a uma suposta perseguição às igrejas, ao cristianismo e ao “fim da família”. O objetivo, segundo especialistas ouvidos pela Lupa, é provocar um pânico moral, especialmente entre eleitores evangélicos e conservadores (MACÁRIO, 2022).

Um relatório do mês de setembro de 2022 realizado pela Democracia em Xequê & Casa Galileia, organização que, entre outros, atua com análise de dados e pesquisas voltadas para o público cristão: católicos e evangélicos, e checado pela agência Lupa mostrou que diferentes profecias para o Brasil, feitas por pastores e missionários, foram compartilhadas em redes de direita evangélica para reforçar a campanha do presidente Jair Bolsonaro (PL). Segundo Macário (2022), o argumento de batalha espiritual é usado para justificar o candidato à reeleição como “escolhido de Deus”. Na esteira disso, aparecem lideranças, como o pastor Silas Malafaia, agindo como cabo eleitoral do candidato à reeleição. Percebe-se que lideranças religiosas usaram o mesmo discurso nas eleições de 1989, em que intitularam o candidato Collor como “Escolhido de Deus”. Em 2022, o “novo escolhido de Deus” seria o candidato Bolsonaro.

Os tipos de informação demonstrados nos relatórios dialogam com os conteúdos monitorados também pela Lupa, tanto no WhatsApp quanto nos que circulam no Facebook. Em comum, aparecem peças desinformativas e enganosas que vão desde um suposto plano do PT para acabar com as igrejas e com os cristãos, que o ex-presidente e candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT) teria prometido redefinir a família e obrigaria igrejas a casar homossexuais, ou que partidos de esquerda teriam organizado uma “marcha para satanás”, entre outros. Todos esses conteúdos não procedem e já foram desmentidos pela Lupa. (MACÁRIO, 2022).

Percebe-se, então, que os evangélicos conservadores compartilham essas notícias sem ao menos ter a responsabilidade de checagem dos fatos, com o intuito de disseminar



aos demais seguidores e conseguir novos adeptos à jornada eleitoral para eleger seu representante Jair Bolsonaro, causando um pânico aos cristãos sobre a “perseguição aos evangélicos” e as intenções de “fechar as igrejas”. Com todos esses fatores à tona, o candidato Lula, conforme o G1 (2022), se reuniu com lideranças evangélicas, em São Paulo. No encontro, foi lida uma carta compromisso aos evangélicos¹².

A carta foi lida por Gilberto Carvalho, ex-chefe de gabinete de Lula e ex-ministro da Secretaria-Geral da Presidência. Na carta, Lula volta a dizer que nunca fechou e nem fechará igrejas, defende o livre exercício da religião sem interferência do estado e diz que o seu governo jamais vai usar a religião para fins partidários (G1, 2022). Um fato curioso é que esta mesma atitude do candidato se repetiu nas eleições de 1989, em que ele precisou desmentir por meio de uma carta aberta aos evangélicos sobre as intenções errôneas propagadas pela oposição de direita.

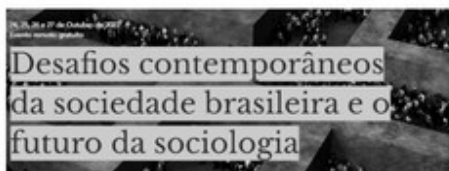
Em meio a tantas notícias falsas sobre as intenções do candidato Lula à presidência, a coligação Brasil da Esperança protocolou uma representação no Tribunal Superior Eleitoral acusando bolsonaristas de disseminar propaganda eleitoral negativa e difamatória contra o ex-presidente a partir de conteúdos¹³ que o associam ao satanismo.

A coligação acusa a candidatura de Bolsonaro de agir para trazer a religião ao centro da disputa política eleitoral e de macular o direito ao voto livre e consciente da população [...] Um perfil de TikTok intitulado Vicky Vanilla fez uma transmissão ao vivo declarando apoio ao petista nas eleições e justificando a escolha por uma suposta identificação com a entidade bíblica que representa o mal na Terra. O perfil tem mais de um milhão de seguidores (CARTA CAPITAL, 2022).

Não obstante aos conteúdos difamatórios e falsos disseminados pelos seus apoiadores, o candidato à reeleição Jair Bolsonaro reforça esse mesmo posicionamento.

¹² Ler na íntegra: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/19/leia-a-integra-da-carta-divulgada-pela-campanha-de-lula-a-evangelicos.ghtml>

¹³ A peça apresentada ao TSE afirma que o conteúdo fraudulento passou a ser compartilhado por bolsonaristas, casos do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), da deputada federal Carla Zambelli (PL-SP). Replicaram o vídeo vários outros perfis de apoiadores do presidente. (CARTA CAPITAL, 2022).



De acordo com Macário (2022), uma fala¹⁴ do presidente e candidato à reeleição, Jair Bolsonaro que disse, em um discurso em Sorocaba (SP), afirma que “Lula é o capeta que quer impor o comunismo no Brasil”. (MACÁRIO, 2022).

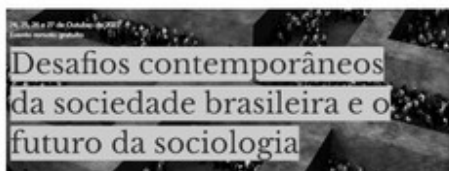
Marzolla (2021), diz que em contraponto às investidas de difamar o candidato de esquerda, bolsonaristas, sobretudo lideranças religiosas, participando ativamente da campanha eleitoral por todo Brasil pregam o discurso de que o seu candidato, Jair Bolsonaro, é o Messias escolhido para “liderar o seu rebanho” e comandar o Brasil de maneira ética e cristã. “ Existe uma guerra espiritual em curso e os pastores estão tentando ‘livrar o Bolsonaro dessa esquerda medonha’. Ele é um ‘Messias’, está no nome dele” (MARZOLLA, 2021).

Se por um lado evangélicos de direita pregaram durante toda a eleição o discurso de estarem sendo perseguidos pela esquerda, fatos evidenciam que evangélicos de esquerda, que vão de encontro às premissas políticas e sociais estabelecidas pelos evangélicos conservadores e apoiam a candidatura do candidato Lula, estivessem sendo perseguidos dentro das igrejas em que frequentam.

Em uma reportagem realizada pela BBC News (2022), evangélicos de esquerda afirmam estarem sofrendo represálias em seus templos pelo seu posicionamento político contrário à maioria dos fiéis. À BBC News Brasil, eles dizem que, enquanto muitos de seus irmãos de fé apoiam Bolsonaro por medo de enfrentar episódios futuros de intolerância religiosa no Brasil, a perseguição contra cristãos já existiria no país.

Nas palavras dos entrevistados, conforme Senra (2022), essa perseguição acontece dentro dos próprios templos, puxada principalmente por líderes religiosos que ameaçam com castigo divino ou punição dentro da própria igreja aqueles que discordam da fusão entre política e religião que tem marcado estas eleições. Dentre as diversas citações dos entrevistados, destacam-se discursos difamatórios propagados por pastores em cultos sobre as intenções da esquerda e ameaças aos fiéis que apoiam essa vertente política:

¹⁴Vídeo disponível no YouTube: https://www.youtube.com/watch?v=GC1eCeFsfEg&ab_channel=UOL



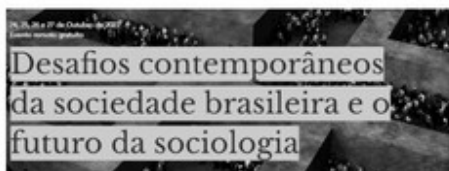
Em todas as reuniões a gente tinha que orar por esse pré-candidato e fazia reuniões para falar sobre isso", ele conta. "Diziam que Bolsonaro é o único candidato que defende a liberdade religiosa, o único que vai manter igrejas abertas. E que, se Lula for eleito, ele vai fechar as igrejas, queimar as igrejas [...] Teve um culto em que o pastor chegou e falou que se o candidato Lula fosse eleito e fossem queimar as igrejas, ele ia mandar queimar primeiro quem votou nele. Isso não foi fora da igreja, não foi nos corredores, foi na frente da igreja toda" (SENRA, 2022).

Com a pressão de pastores por votos em Bolsonaro, evangélicos de esquerda são levados à expulsão ou abandono de igrejas em diferentes partes do Brasil, conforme aponta a BBC News (2022). Se antes do resultado das eleições do segundo turno, em que "Às 19h56 do dia 30 de outubro de 2022, com 98,91% das urnas apuradas, Lula foi considerado eleito após receber 59.563.912 votos (50,83% dos votos válidos), contra 57.675.427 votos (49,17% dos votos válidos) de Bolsonaro" (TSE, 2022), esses cristãos de esquerda já sofriam ameaças, é de se esperar que sua manutenção em igrejas conservadoras torna-se ainda mais complicada, diante dos discursos e ameaças impostos por lideranças religiosas.

Para essas lideranças religiosas, as igrejas evangélicas tradicionais enfrentam uma guerra espiritual, a ser combatida por meio de seus aliados. Para se ter uma ideia, em um levantamento de conteúdos propagados por essa categoria até setembro de 2022 " foram identificados 12,9 mil conteúdos sobre uma suposta guerra espiritual, 7,8 mil relacionados à ideologia de gênero e 1,8 mil peças desinformativas" (MACÁRIO, 2022). Em meio a este cenário antagônico, aparece uma dúvida: estará havendo guerras culturais na política brasileira?

Guerras Culturais em evidência no cenário político- religioso brasileiro?

Após a explanação dos três períodos de eleições presidenciais brasileiras: 1989, 2018 e 2022, buscaremos relacioná-los ao conceito de Guerras Culturais, fazendo um



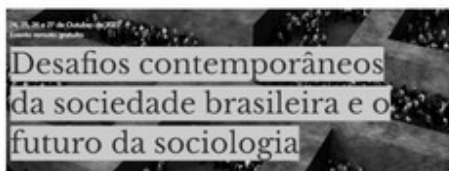
panorama sobre alguns aspectos que envolvem esses preceitos conceituais. Para tanto, se faz necessária uma apresentação introdutória sobre o respectivo conceito.

Conforme Souza (2014), a ideia da existência de uma Guerra Cultural, que seria responsável pela disputa na sociedade estadunidense por duas metades antagônicas (entre conservadores e liberais), aparece de maneira recorrente na vida intelectual, política e midiática da contemporaneidade do país. O destaque dado a ela originou-se após o resgate do termo pelo sociólogo James Davison Hunter, em 1991, com intuito de explicar, através dela, as crescentes radicalizações nas disputas em torno de questões culturais nos EUA a partir dos anos 1970 (SOUZA, 2014).

James Hunter (1991), sociólogo norte-americano, cunhou o termo “Guerras Culturais” ao abordar a divisão entre conservadores e progressistas que dominou o debate político nos EUA a partir do final dos anos 80. Hunter explica que esse período foi marcado pelo deslocamento do debate público sobre pautas econômicas em favor de temas morais como aborto e direito das mulheres. As guerras culturais foram uma reação dos conservadores ao avanço de pautas feministas, do movimento gay, do movimento negro, entre outros. “Os debates públicos passam a ser mediados por uma lógica moral e religiosa que eclipsa outras questões públicas sobre economia, saúde e educação” (HUNTER, 1991, p. 49).

A tese central que norteia a teoria da Guerra Cultural de Hunter (2006) está calcada num movimento que o autor identifica como de superação e cisão de categorias balizadoras do debate político, e sua posterior substituição por novas categorias. As categorias que, segundo Hunter, já não abarcam mais o debate político são aquelas fundadas nas questões econômicas e de classe: as categorias de direita e esquerda.

A superação dessas categorias, porém, não anunciava um momento de pacificação no discurso público, pelo contrário, surgiam ainda no cenário norte-americano do início dos anos 1990 discussões sobre financiamento público da arte, colocando em cheque o próprio significado e validação do termo arte, emanavam discussões sobre o currículo educacional do país e “sua capacidade de promover os chamados ‘valores americanos’, emergiam disputas sobre os direitos legais de gays e lésbicas que, por sua vez,

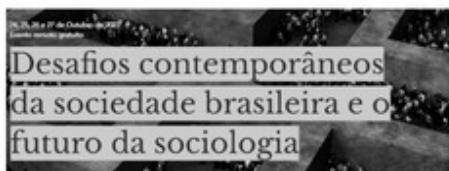


inflamavam discussões sobre a natureza do conceito de família e de sexualidade” (HUNTER, 2006, p. 14). Subjacentes a todas essas questões, porém, não se encontraria mais uma frente marcada pelas políticas de direita ou pela legislação de esquerda, tampouco marcada necessariamente pelo desejo deste ou daquele partido. Estaria em jogo, então, “as ideologias, os símbolos públicos, os mitos, seus discursos, [isso tudo] através das estruturas institucionais que geram e sustentam a cultura pública” (HUNTER, 2006, p. 13.).

Em consonância a Hunter, Souza (2014) ao definir Guerras Culturais, percebe que ela poderia ser interpretada como o resultado da divisão da sociedade ao meio, motivada pelo comprometimento com duas autoridades morais antagônicas, onde, se criaria um grau de polarização tão elevado que seria capaz de motivar essa população dividida a travar batalhas em torno de temas culturais. Nesse sentido, as consequências da Guerra Cultural seriam a impossibilidade de se estabelecer um debate político, ocasionando a “radicalização da disputa em torno dos temas ditos culturais, o que, em um sentido prático, significaria que, sem exceção, toda a sociedade estaria disposta a travar essas batalhas e a política do país se pautaria exclusivamente por elas” (SOUZA, 2014, p. 13).

A Guerra Cultural trata, portanto, de um cenário de disputa do campo cultural, não excluindo o campo político, em vez disso, instrumentalizando-o não sob identificadores clássicos de espectros políticos, direita e esquerda, mas sim à luz de uma miríade de filiações guiadas por um norte moral.

Nas definições iniciais norte-americanas sobre as Guerras Culturais, podemos perceber que essas características se encaixam com a política de direita brasileira. Como analisam Melo e Vaz (2021), com as guerras culturais, especialmente para políticos conservadores, existe a possibilidade de ganhar uma eleição por ficar incessantemente “açulando a base através da produção de conflitos morais e por forçar os moderados à radicalização, tanto pela falta de alternativa, quanto pela estigmatização do inimigo. Por se tratar de guerra, os moderados são forçados a escolher um lado” (MELO; VAZ, 2021, p. 12).

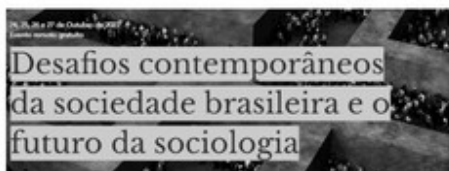


Neste sentido, constatamos semelhanças com as eleições de 1989, 2018 e 2022, em que as pautas políticas ficaram calcadas em conflitos morais, em que partidos de direita, por meio de lideranças religiosas viam a esquerda como o seu inimigo, disposto a acabar com seus preceitos cristãos, por meio de fechamento de igrejas e desvinculação de valores da “família tradicional brasileira”.

Apesar de existirem similaridades entre as guerras culturais nos contextos norte americano e brasileiro, elas também guardam diferenças pontuais. No caso norte americano, ela foi basicamente uma reação à perda de influência dos protestantes brancos nas decisões do país. Andrew Hartman (2019) aponta que a decisão da Suprema Corte norte-americana de considerar inconstitucional a leitura bíblica e a oração diária nas escolas públicas fez os protestantes brancos perceberem o declínio de sua influência na vida pública dos EUA.

A constante secularização da sociedade provocou nessa parcela da população, sobretudo nos que gozavam de poder para ditar e fazer valer suas regras, uma reação a fim de reaver sua influência, sob a narrativa da derrocada moral do país. No Brasil, até a década de 80, a participação de evangélicos na política era irrisória. No entanto, a Constituinte instalada em 1986 marca uma nova etapa de participação dos evangélicos na política nacional, na qual pentecostais viriam a se tornar predominantes no campo protestante. “Até o início dos anos 1980, os pentecostais eram reconhecidamente apolíticos. No entanto, o discurso ‘crente não se mete em política’ foi substituído por ‘irmão vota em irmão’ (FREESTON, 1993, p. 208).

Esse fator ficou nítido nas eleições de 1989, em que evangélicos começaram a sua inserção política por meio da defesa de que Collor seria a pessoa ideal para comandar o Brasil, pois defenderia seus interesses religiosos, diferentemente, segundo os cristãos mais conservadores, do Lula, pois a esquerda faria o contrário: acabaria com as igrejas e implantaria o comunismo no Brasil. Assim também não foi diferente em 2018, quando Bolsonaro, representando a direita, venceu Fernando Haddad, da esquerda. Diferentemente destes dois períodos, em que os candidatos da direita venceram as



eleições, em 2022, Bolsonaro não consegue a reeleição, perdendo para o seu opositor Lula.

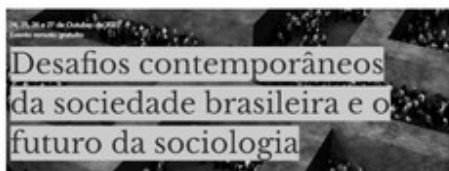
Freston (1994) salienta que foi o crescimento demográfico da população evangélica que chamou a atenção das lideranças pentecostais e acabou por motivar essa transformação, tendo como objetivo a defesa de seus interesses. Essas premissas voltaram a ganhar fôlego nas eleições de 2018.

Em 2018, o imaginário de que os comunistas, porque são ateístas, perseguiriam as igrejas, foi mais uma vez acionado. O que aconteceu, entretanto, é que esse discurso foi retomado, mas não sozinho. Veio carregado com um conceito de guerra cultural como ameaça à família. Conteúdos desinformativos, como a suposta distribuição de mamadeiras eróticas em creches, foram incansavelmente desmentidas naquele ano (MACÁRIO, 2022).

Para Dutra e Pessôa (2021), o ponto de contato entre as guerras culturais oriundas nos Estados Unidos e trazidas para o Brasil foi a temática moral. À medida que pautas contrárias às visões desses grupos religiosos avançam, eles se associam em torno de discurso unificado, que geralmente declara a preocupação com o futuro da família e a coesão moral do país. A chave é a preocupação de que os valores cristãos, outrora estabelecidos, estejam em risco. Isso ficou evidente na trajetória participativa dos evangélicos de direita nas eleições presidenciais de 1989, 2018 e 2022.

O termo guerras culturais pode não ser muito familiar para maioria dos cristãos no Brasil. Entretanto, o discurso que afirma existir uma guerra permanente acontecendo no mundo espiritual é muito conhecido no universo religioso cristão, sobretudo no pentecostal e neopentecostal. Mariano (2014) salienta que um dos aspectos basilares do neopentecostalismo é a “exacerbação da guerra espiritual contra o diabo e seu séquito de anjos decaídos” (MARIANO, 2014, p. 36).

Notamos semelhanças sobre esses fatores pontuados nos três períodos eleitorais analisados. Em 1989, por exemplo, discursos provenientes de lideranças religiosas apoiadoras do candidato Collor propagavam a ideia de que Lula era satânico e que, caso vencesse as eleições, o Brasil estaria nas mãos da esquerda que era considerada anticristã.



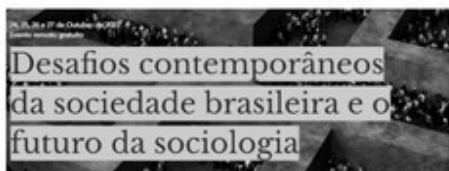
Esses discursos ficaram ainda mais fervorosos nas eleições de 2018 e 2022. Evangélicos apoiadores de Bolsonaro argumentaram que estariam travando uma verdadeira batalha espiritual e teriam que vencer o inimigo, no caso o PT, para garantir a moralidade do país. Conforme pontuamos, diversas notícias falsas sobre “Lula ser satanás”, foram emitidas por bolsonaristas, evidenciando o seu “lado nesta guerra”.

Segundo Mariano (2014), os pentecostais têm a convicção da posse exclusiva da verdade e a certeza de que estão numa guerra do bem contra o mal como soldados de Deus. “Na guerra santa, os cristãos são convocados a serem protagonistas, estando no ataque e não na defesa. No vocabulário de seus líderes desfilam palavras como guerra, exército de Deus, batalha, soldados, vitória e destruição do inimigo (MARIANO, 2014, p. 125).

Para Dutra e Pessôa (2021), nas guerras culturais, ainda que se sustente no discurso da batalha espiritual, ressalta-se a necessidade de engajar-se politicamente no mundo. Agora as ações demoníacas promovidas pelo Diabo têm como ajudantes os ativistas que não se afinam politicamente com as pautas religiosas. Como já foi colocado, todas as pessoas, querendo ou não, são soldados nesta guerra. Diante dos riscos, os cristãos são convocados a se apresentar no “exército de Deus”, engajando-se como cabos eleitorais ao lado do bem.

Na esfera política, nosso foco de análise, a narrativa beligerante é, então, conforme Dutra e Pessôa (2021), direcionada aos que estão do lado oposto. O outro não é uma pessoa com posicionamento diferente do seu, mas um soldado do “reino das trevas”, a fim de destruir a “família tradicional” e promover depravações sexuais e imoralidades. “A disputa política é codificada como uma luta entre o bem o mal, tão familiar a essas parcelas religiosas, e por elas considerada real” (DUTRA; PESSÔA, 2021, p. 241).

Para os neopentecostais, a “guerra espiritual” é perpétua e reflete a disputa entre Deus e Diabo, entre o “reino celestial” e o “reino das trevas”. Os seres humanos não podem se isentar desta disputa: participam dela ativamente, de um lado ou de outro. Para eles, seu engajamento nesta guerra é capaz de alterar realidades no “mundo material” (MARIANO, 2014, p. 113).



Pontuamos que em 1989, 2018 e 2022 lideranças religiosas participaram ativamente da política, se aliando a Collor, no caso de 1989; e a Bolsonaro, em 2018 e 2022. Não obstante, propagaram em seus templos, a exemplo do Bispo Edir Macedo, campanhas partidárias de direita conservadora com o intuito de influenciar seus fiéis a participarem desta “luta por um Brasil cristão”, sendo, podemos assim dizer, verdadeiros “cabos eleitorais” de Bolsonaro, unindo forças para “combater o mal”, sendo configurado na pessoa do candidato Lula e o PT, causando, inclusive, pânico moral, conforme já descrevemos.

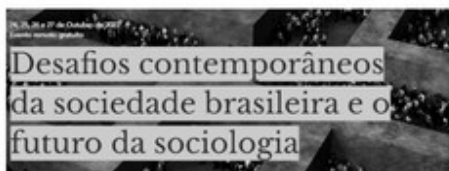
Percebe-se, então, que, mesmo o conceito de Guerras Culturais sendo bastante amplo e divergente; e, ainda, originariamente americano, traz elementos que representam o cenário político brasileiro contemporâneo, em que há uma polarização entre esquerda/direita, progressistas/conservadores. Em meio a esses antagonismos, a religião se torna presente como um ponto crucial para esses embates culturais/religiosos.

CONCLUSÕES

Nas trajetórias eleitorais presidenciais analisadas (1989, 2018 e 2022) evidenciou-se que, por meio de discursos de campanha com direcionamentos à direita religiosa, foi necessário atacar o seu concorrente eleitoral, especificamente o Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1989, em que o candidato Fernando Collor (PRN) saiu vitorioso, o argumento era voltado à ameaça de que votar no PT seria o mesmo que entregar o futuro de suas igrejas a uma aliança católico-comunista.

Em 2018, representando a direita, o candidato Jair Bolsonaro ganha no segundo turno contra o seu concorrente do PT, Fernando Haddad, evidenciado o seu lema "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos"; Em 2022, com o mote "manutenção de valores que são tradicionais em nossa sociedade: Deus, Pátria e Família, Vida e Liberdade", dá continuidade a uma polaridade ideológica entre direita e esquerda.

Percebemos pela presente análise que lideranças religiosas de cunho conservador, assim como seus fiéis que apoiam candidatos de direita, são sustentados por discursos

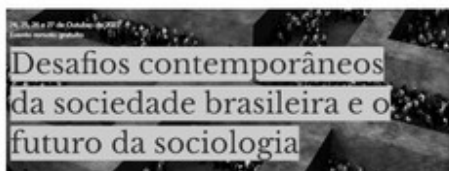


falsos e que, sem nenhuma checagem sobre a veracidade dos fatos, espalham conteúdos, sobretudo por meios digitais, com o intuito de difamar seu “inimigo”, no caso o PT, e reafirmar o posicionamento de que a direita, vertente que preza, de acordo com essa categoria, pela manutenção dos valores cristãos, é a escolha ideal e o melhor caminho que o Brasil deve seguir.

Mesmo que temáticas como economia e combate à corrupção estejam presentes nas pautas dos evangélicos conservadores, nota-se que elas ficam em segundo plano, pois o norteador neste cenário é a questão moral, evidenciando uma preocupação, chegando, inclusive a um pânico moral de que, caso não entrem na batalha contra o seu inimigo, o PT, o Brasil estará nas mãos de comunistas, anticristãos, que pregam pela “ideologia de gênero”, “contra os valores da família tradicional” e tem o intuito de “transformar o Brasil em uma Venezuela”. Assim, características do conceito de Guerras Culturais mostram-se evidentes.

Concluimos, então, que, mesmo com as trajetórias desses três períodos eleitorais aqui analisados, as eleições de 2022 tomam um resultado diferente das de 1989 e 2018, em que candidatos de direita saíram vitoriosos. Mesmo com todo o engajamento desses evangélicos conservadores nas eleições de 2022, não foi suficiente para reeleger o Bolsonaro. Todavia, mesmo com a derrota, seus apoiadores continuam defendendo os mesmos discursos de “batalha contra o inimigo”, que estão “prontos para a guerra” e que continuarão tentando livrar o “Brasil de uma ameaça comunista”.

Diante deste cenário, consideramos que discutir sobre esse fenômeno em questão, que se movimenta a todo momento, é de suma importância para as Ciências Sociais, apresentando uma interface entre religião, sociedade e política, mostrando seus protagonistas e ações norteadoras que dão rumo à história brasileira. A partir de estudos deste cunho, teremos novas ferramentas capazes de explicar o fenômeno por meio de outras perspectivas.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo.de. **Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira.** ARTIGO • Novos estudos. CEBRAP 38 Jan-Apr 2019 •
<https://doi.org/10.25091/S01013300201900010010>

ALVES, J. E.D. (2018). **O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro José Eustáquio.** Ecodebate [online]. Disponível em:
<https://www.ecodebate.com.br/2018/10/31/o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. ISSN 2446-9394. Acesso em: 18 nov. de 2022.

CARTA CAPITAL. **Campanha de Lula vai ao TSE contra vídeos que associam o petista ao satanismo.** 2022. Disponível em:
<https://www.cartacapital.com.br/politica/campanha-de-lula-vai-ao-tse-contra-videos-que-associam-o-petista-ao-satanismo/> Acesso em: 18 nov.2022.

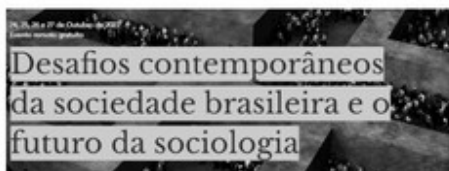
CASTRO, Daniele C. PNDH-3: **Um reforço ou uma ameaça à democracia brasileira?** JUS.COM.BR, 2010. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/14447/pndh-3-um-reforco-ou-uma-ameaca-a-democracia-brasileira> Acesso em: 15 nov.2022.

DUTRA, Roberto; PESSÔA, Karine. **Guerras culturais e a relação entre religião e política no Brasil contemporâneo.** Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano XIII, n.39, Janeiro/Abril de 2021 - ISSN 1983-2850. p. 233-256.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Antipetismo joga maiores líderes evangélicos do Brasil no colo de Bolsonaro.** 2018. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/antipetismo-joga-maiores-lideres-evangelicos-do-brasil-no-colo-de-bolsonaro.shtml> Acesso em: 15 nov.2022.

FRESTON, Paul. **Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético.** Curitiba: Encontrão Editora, 1994.

FRESTON, Paul. **Protestantes e a Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment.** Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, Campinas, 1993.



G1. **Leia a íntegra da carta divulgada pela campanha de Lula a evangélicos.** 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/19/leia-a-integra-da-carta-divulgada-pela-campanha-de-lula-a-evangelicos.ghtml> Acesso em: 20 nov.2022.

HARTMAN, Andrew. **A war for the soul of America : a history of cultural wars.** Second edition. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2019.

HUNTER, J. D. **Culture Wars: The Struggle to Define America.** Nova York: Basic Books, 1991.

HUNTER, J. D. **The Enduring Culture War.** In: DIONNE JR., E. J.; CROMARTIE, M. (Eds.). . Is There a Culture War? A Dialogue on Values and American Public Life. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2006.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro.** REVISTA IHU ONLI-NE, 2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/584304-o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro>. Acesso em: 20 de nov. 2022.

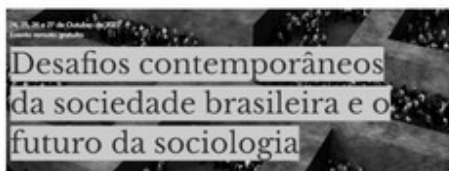
MACÁRIO, Carol. **Redes bolsonaristas usam desinformação para associar esquerda à perseguição dos cristãos e causar pânico moral.** LUPA, 2022. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/09/27/desinformacao-perseguiacao-cristaos> Acesso em: 15 nov.2022.

MARIANO, Ricardo; PIERUCCI, Antônio F. **O envolvimento dos Pentecostais na eleição de Collor.** Novos Estudos CEBRAP N° 34, novembro de 1992 pp. 92-106.

MARIANO, Ricardo 1996. **Os Neopentecostais e a Teologia da Prosperidade.** Novos Estudos CEBRAP 24:21

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: a sociologia do novo pentecostalismo no Brasil.** 5ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MARZOLLA, Isabela. **Voto evangélico em 2018 não deve se repetir em 2022.** ESTADÃO, 2021. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/blogs/inconsciente->



coletivo/voto-evangelico-em-2018-nao-deve-se-repetir-em-2022/ Acesso em: 20 nov. 2022.

MELO, Cristina T. de; VAZ, Paulo. **Guerras Culturais: conceito e trajetória**. Revista ECO-Pós v. 24, n. 2, 2021.

O GLOBO. **Lula é absolvido? Saiba qual é a situação jurídica atual do ex-presidente citada no debate da Globo**. Rio de Janeiro, 28 de out. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/lula-e-inocente-saiba-qual-e-a-situacao-juridica-atual-do-ex-presidente.ghtml> Acesso em: 25 nov.2022.

PIERUCCI, A. F. O. **Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na constituinte**. Ciências Sociais Hoje, São Paulo, n. 11, p. 104-32, 1989.

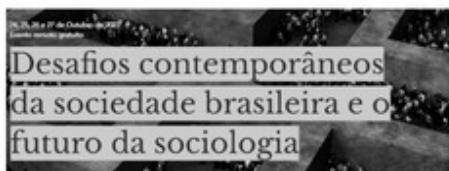
PROENÇA, Wander de Lara. **A participação evangélica na política brasileira e sua identificação com governos de direita**. REVISTA RELEGENS THRÉSK E I A – 2 0 2 1 – U F P R. V.10 N 2 (2021)– pp.13 a 39.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil**. São Paulo: todavia, 2021.

SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604> Acesso em: 18 nov.2022.

SENRA, Ricardo. **Eleições 2022: 'Perseguição contra cristãos já começou no Brasil. Só que dentro da igreja'**. BBC News Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63285936> Acesso em: 18 nov. 2022.

SILVA, Luis. G. T da. **Religião e Política no Brasil**. 2017 Universidad Nacional Autónoma de México, Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe. Este es un artículo Open Access bajo la licencia CC BY-NC-ND (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>). 223-256.



SOUZA, M. A. D. de. **O fim da Guerra Cultural e o conservadorismo estadunidense? Uma leitura sobre a trajetória de ascensões e quedas da direita religiosa americana.** Tese de doutorado apresentada para a Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”. Faculdade de Ciências e Letras Campus de Araraquara - SP, 2014.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL-TRE. **Memórias eleitorais: Eleições 1989 - a primeira com mapas de totalização informatizados,** 2021. Disponível em: <https://www.tre-pr.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Julho/memorias-eleitorais-eleicoes-1989-a-primeira-com-mapas-de-totalizacao-informatizados> Acesso em: 20 nov. 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Proposta de Plano de Governo Bolsonaro 2018.** Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf Acesso em: 15 nov. 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Plano de Governo 2023-2026: Bolsonaro.** Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2022/BR/BR/544/candidatos/908966/5_1660093698051.pdf Acesso em: 15 nov. 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **TSE defere registro da candidatura de Lula a presidente da República.** Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Setembro/tse-defere-registro-da-candidatura-de-lula-a-presidente-da-republica-769636> Acesso em: 20 nov.2022.

VALLE, V. S. M. **Entre a religião e o Lulismo: Um estudo com pentecostais em São Paulo.** 1. ed. São Paulo: Recriar, 2019. p. 264.